



BLOQUEIOS ILEGAIS / Intimada pela Justiça a atuar contra os bolsonaristas que fecham estradas, depois de ser acusada de "omissão", corporação alega falta de recursos e solicita reforço da PF e da Força Nacional para desocupações

Caio Guatelli/AFIP



Choque da PM-SP se coloca para a dispersão na rodovia Castello Branco

Silvio Avila/AFP



Integrante da Brigada Militar lança gás para reabrir a BR-116

Ed Alves/CB/D.A Press



Agente da PRF recolhe pneus usados para interditar a BR-251

Após inércia, PRF faz apelo

» VICTOR CORREIA
» FABIO GRECCHI
» GABRIELA ORNELAS

Antônio Cruz/Agência Brasil



Cúpula da PRF tentou amenizar os problemas de atuação contra o bloqueio de estradas. Horas depois, admitia não ter capacidade de resolver sozinha

Depois de ser acusada de "omissão e inércia" — conforme o despacho do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal federal (STF), publicado na noite da última segunda-feira, determinando que a instituição agisse —, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) alegou, ontem, que não tem recursos para o desbloqueio de estradas, em todo o país, por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL), que não aceitam a vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A instituição enviou um pedido de reforços à Força Nacional, além da solicitação de aeronaves à Polícia Federal (PF) para ajudar a desinterditar as rodovias.

O pedido foi assinado pelo diretor-geral da PRF, Silvinei Vasques, e enviado ao STF e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ele afirma não ter capacidade técnica para desmobilizar todos os pontos de bloqueio. "Faz-se necessário o apoio da Força Nacional para união de esforços em busca do interesse público, cujo planejamento das operações se dará em reunião conjunta de trabalho entre as forças de segurança pública", diz a solicitação.

Silvinei relata, ainda, que, para cumprir a decisão judicial de liberar as rodovias, é preciso apoio da PF "por meio da disponibilização de aeronaves para transporte de servidores e patrulhamento das áreas afetadas pelas supracitadas interdições". O Ministério da Justiça confirmou que empenhará esforços e observou que "a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) possui uma Companhia de Pronta Resposta que pode ser

acionada a qualquer momento para manter a ordem pública em todo o país".

Descontrole

Mais cedo, porém, a cúpula da PRF tentou passar a imagem de que tinha a situação sob controle e de que agia desde o primeiro momento para impedir os bloqueios. Na coletiva que concedeu na parte da manhã — da qual Silvinei não participou devido a uma reunião, no mesmo horário, com o ministro da Justiça, Anderson Torres, segundo a versão que circulou antes da entrevista —, o diretor-executivo

Marco Antônio Territo apresentou números que atestariam a efetividade da atuação dos agentes. Disse que até a meia noite da última segunda-feira 182 pessoas tinham sido autuadas com multas relativas ao Código de Trânsito Brasileiro — que vão de R\$ 5 mil, para quem utiliza veículo para bloquear vias, a R\$ 17 mil, para quem organiza a interdição.

No mesmo momento em que defendiam a atuação da PRF, governadores enviavam os efetivos das polícias militares a fim de restabelecer o fluxo de tráfego nas estradas. Em São Paulo, o choque da PM disparava bombas de efeito moral para reabrir

o trânsito na rodovia Castello Branco. O mesmo acontecia em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde a Brigada Militar teve de agir energicamente pela desobstrução da BR-116. No Distrito Federal, o governador Ibaneis Rocha determinava o envio de uma tropa da PM para a reabertura da BR-251.

Indagado se a PRF não agiu tardiamente para impedir o bloqueio pelos bolsonaristas e se as ameaças de que isso aconteceria foram levadas a sério, o diretor de inteligência da PRF, Luis Carlos Reischak Júnior, disse que era "imprevisível" calcular a dimensão que as interdições



Faz-se necessário o apoio da Força Nacional para união de esforços em busca do interesse público"

Trecho do pedido de Silvinei Vasques, diretor-geral da PRF, ao Ministério da Justiça, admitindo a incapacidade de solucionar o fim dos bloqueios das rodovias

tomariam. Além disso, ele culpou a "dificuldade de logística" para atuar na coerção das manifestações devido às dimensões continentais brasileiras.

Confraternização

A cúpula da PRF foi cobrada, também, sobre os vídeos que circularam nas redes sociais de agentes que pareciam estar se confraternizando com os bolsonaristas, em vez de cumprirmos a lei e evitarem o fechamento do tráfego nas rodovias — em uma dessas imagens, o policial é saudado com abraços e cumprimentos ao afirmar que estava ali apenas para "acompanhar" o bloqueio ilegal da estrada. O diretor de Operações, Djairlon Henrique Moura, afirmou que os episódios — que, segundo ele, aconteceram em São Paulo (um) e Santa Catarina (dois) — estão sendo apurados.

"Os três agentes foram identificados, mas não foram afastados das funções e estão sendo orientados quanto à forma de proceder. Eles responderão a procedimentos para explicar o que aconteceu. Em nenhum momento a PRF foi passiva. Desde o primeiro momento a gente acompanhou o desenrolar das eleições", ressaltou.

Mesmo garantindo que o efetivo da corporação foi reforçado em 400%, por meio do cancelamento de folgas para reforçar o efetivo de agentes nos locais mais críticos, a cúpula da PRF justificou que encontra dificuldades na identificação dos líderes dos bloqueios. E surpreendeu ao anunciar que também não conseguiu "identificar a pauta" que levou os bolsonaristas a interromperem o trânsito de dezenas de importantes rodovias do país.



ALEXANDRE GARCIA

NUMA ELEIÇÃO DE 124 MILHÕES DE VOTOS, DECIDIDA POR POUCO MAIS DE 2 MILHÕES DE ELEITORES, MOSTRA DUAS METADES E DESTACA O QUANTO O NÃO VOTAR PODE SER DECISIVO

Futuro em jogo

Eleição decidida. Próximos quatro anos com um presidente petista. Como serão? Será preciso perguntar à bola de cristal? Ou apenas projetar nesses próximos quatro os 14 já passados e conhecidos? Para 60 milhões de eleitores, os 14 anos já não contam — ou sequer lembram ou não querem lembrar. Na época, eram crianças ou adolescentes, 21 milhões de eleitores de hoje. Muitos outros ainda só recebem notícia de uma única fonte — a fonte que lhes mostra a sua versão dos fatos.

Assim decidimos os próximos quatro anos. Aparentemente,

não serão fáceis para o presidente eleito. A Câmara dos Deputados está com 73% de centro-direita e o Senado, com 67%. Além disso, a maior parte dos governadores foi eleita pelo grupo que apoia o presidente que sai.

O presidente que entra vai receber um raro legado, longe da "herança maldita" de outros tempos. Inflação e desemprego em queda, PIB, arrecadação federal e investimentos em alta, balança comercial superavitária, endividamento público em baixa, otimismo entre empreendedores, credibilidade do governo,

impostos em baixa, obras de infraestrutura por toda a parte, inclusive água para o Nordeste e ministérios e estatais imunizados de partidos políticos — uma grande oportunidade para o novo chefe do governo, se estiver de bem com a maioria centro-direita do Congresso.

O Senado ainda precisa empurrar o Supremo Tribunal Federal (STF) de volta ao segundo artigo da Constituição, para que o tribunal deixe de ser também legislador e constituinte. Não vai adiantar simplesmente tirar ministro, a menos que o novo

presidente indique realmente juízes e não advogados com causa.

A judicialização da política, lamentada no discurso de posse de Luiz Fux, mostra que o tribunal ficou entre dois fogos, por não se manter acima da fogueira das vaidades. Primeiro, é acusado de contribuir para tirar o PT do poder; hoje, é acusado de contribuir para tirar Bolsonaro do poder. Ativismo não é próprio de juízes. Juízes são isentos por natureza, já a natureza de advogados é defender causas. Fazer o STF abandonar o ativismo é um desafio para os poderes com mandato popular.

Numa eleição de 124 milhões de votos, decidida por pouco mais de 2 milhões de eleitores, mostra duas metades e destaca o quanto

o não votar pode ser decisivo. 32 milhões de brasileiros deixaram que os outros decidissem. Não há como não lembrar de Pilatos, que lavou as mãos enquanto o povo optava por quem seria libertado ou crucificado.

Belo discurso

O eleito leu um belo discurso após o resultado. Bonitas palavras, como discursos do século passado — ser um presidente de todos, por exemplo. Nada encontrei sobre a intenção de prevenir a corrupção, nenhuma disposição sobre o teto de gastos, a conquista do equilíbrio fiscal aprovada no período Temer. Das palavras ditas, resgatei a afirmação

de que o crescimento econômico será repartido entre toda a população. Anunciou a volta das "conferências nacionais" da esquerda e avisou que vai refazer tudo: "É preciso reconstruir este país na política, na economia, na gestão pública, nas relações internacionais" — um indicador da volta daqueles 14 anos de PT.

Acentuou que ninguém está acima da Constituição — parece recado ao Supremo. Chegou a falar no "orgulho que sempre tivemos do verde e amarelo da bandeira" ... mas uma parte sincera do discurso foi a afirmação de que a eleição "colocou frente a frente dois projetos opostos de país".

Agora, um projeto vai se opor ao outro. Se o Congresso permitir.